

in Algumas Observações sobre a situação
atual dos índios Apinayé
M. Clira Ladeira - jun 1983 - CVRD

OS APINAYÉ E A QUESTÃO DA TERRA

1. A FUNAI e a demarcação do território:

Apesar do convênio CVRD/FUNAI estabelecer como obrigatório a demarcação dos territórios das comunidades indígenas que serão afetadas pela implantação do Projeto Ferro-Carajás e apesar dos Apinayé não terem seu território demarcado, os cronogramas financeiros apresentados pela FUNAI, tanto para 1982 quanto para 1983, não apresentam nenhum desembolso com o item "demarcação".

Devo igualmente chamar a atenção que o "Quadro demonstrativo - Aviventação/Demarcação", enviado pela FUNAI à CVRD em abril de 1983, não faz referência à demarcação Apinayé. Em baixo do referido documento, anotado à mão, um lacônico "os Apinayé vai pelo decreto regulamentando as demarcações em área indígena". O que não me parece nada promissor. Pois se antes a aprovação do memorial descritivo para a demarcação de uma área indígena cabia exclusivamente à FUNAI, por via de seu presidente em exercício, por este novo decreto - de 23/02/1983 - "a proposta da FUNAI será examinada por um Grupo de Trabalho composto por representantes do Ministério do Interior, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Fundação Nacional do Índio e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes, que emitirá parecer conclusivo encaminhando o assunto à decisão final dos Ministérios do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários" (§ 3º, art. 2º).

O que sem dúvida irá considerar com um peso maior os interesses da sociedade nacional em detrimento dos interesses dos índios.

A área Apinayé é rica em babaquais, caracterizando-se como área de transição entre a floresta tropical e o cerrado. A situação Apinayé é crítica e necessita de urgente definição.

Do território de ocupação tradicional reivindicam apenas uma área de aproximadamente 130 mil hectares, a maior parte situada no município de Tocantinópolis(GO) (1). Dentro desta área existem perto de 1.000 a 1.500 regionais, incluindo mulheres e crianças. É grande a tensão na região mesmo existindo inúmeros laços de compadrio entre índios e regionais.

A FUNAI em 1978, através de seu então presidente, Gal. Ismarth de Araujo, assinou o memorial descritivo delimitando a área Apinayé em 85.800 ha. Esta área não foi aceita pelos índios, principalmente pelos da aldeia São José que interromperam a demarcação por não concordarem com o limite oeste (2) e principalmente com o limite sul, já que uma linha seca atravessaria a aldeia.

Os Apinayé da aldeia de São José foram pressionados de vários modos pelo órgão tutelar, na gestão da 7ª DR, para que aceitassem os limites propostos. O Delegado regional alegava que não se podia transpor o limite fixado pela rodovia Transamazônica - pois era uma estrada federal e que portanto os índios "não poderiam ir contra a vontade do Pre-

sidente da República". Tiveram ainda o posto de assistência da FUNAI transferido de sua aldeia para a da Mariazinha, menos populosa e de menor expressão política. Mais recentemente foram ameaçados pelo chefe do PI Apinayé de não usufruírem dos recursos do Convênio CVRD/FUNAI caso não assinassem um documento aceitando os limites propostos. O que de fato foi feito, os índios assinaram o documento. Para a sorte dos Apinayé, a 7ª Delegacia Regional da FUNAI foi desativada e criada em Araguaína(GO) uma Ajudância para substituí-la. O novo chefe desta Ajudância, percebendo o quanto tal documento era prejudicial aos Apinayé, resolveu arquivá-lo.

Surge então uma nova proposta por parte da Ajudância, atendendo a reivindicação dos Apinayé, incorporando à área delimitada em 1978 o território além da Transamazônica até o Ribeirão Gameleira. É uma área fértil e rica em babaçuais, ocupada atualmente por pequenos agricultores e criadores de gado. Está "sujeita a aprovação" e foi remetida pela FUNAI ao GETAT em 11/04/1983 para o levantamento da situação fundiária quanto a ocupação e titulação(em anexo).

Ao sentirem a disposição da Ajudância em ampliar a área indígena delimitada em 1978, os chacareiros, pequenos e médios proprietários se movimentaram. Sabedores que o memorial descritivo de 78 os beneficiavam - pois deixa fora da reserva áreas indiscutivelmente consideradas como "terra de índio" - passam a reclamá-las como de sua propriedade levantando cercas e colocando agregados. Mesmo sabendo que

este memorial não tem validade - na medida em que os Apinayé não concordaram com ele - as áreas que acompanham os limites deste memorial foram cercadas recentemente. Simultaneamente a esta demonstração de "ocupação", organizaram um abaixo-assinado que encaminharam ao Ministro do Interior em 10/03/83, onde solicitam que seja mantida sem alteração a área dos índios Apinayé constante do memorial de 78 (em anexo).

Dos primeiros ocupantes da área Apinayé, são poucos os que restaram ou que tiveram suas posses ocupadas por seus descendentes. Nas duas últimas décadas, com o crescimento da região, acabaram "vendendo" estas posses aos comerciantes, profissionais liberais ou fazendeiros de Tocantinópolis. Somente alguns destes antigos posseiros permanecem em suas antigas posses, como "agregados" dos novos proprietários. O depoimento do sr. José Bastos, morador da região do Ribeirão Grande, ilustra bem como se deu o processo de expropriação do território Apinayé: " quando cheguei aqui, em 1917, esse lugar era mata topada, só se via o sol se olhasse para cima. Os índios gostavam de caçar no Formigão (nome de um afluente do Ribeirão Grande) onde matavam muito caitetu. Os Brandão foram os primeiros a se apossar do terreno dos índios, vendendo as terras que diziam ser deles, eles compravam as taperas dos moradores que saíam e foram se apossando, mas sempre em cima de berarubú(3), sempre em cima da terra do índio. Aqui perto mesmo tem uma carreira de croatá e um pé de jatobá plantado pelos índios, tinha também a "fazenda" do índio Xavito, cujo

mourão do curral e jirau comprova. Foi a velha Felipa Brandão que começou a vender terra, sua filha Alipaldina continuou e agora seu filho, o Lucas Brandão, já vendeu a Jardineira, a Buritirana, o Teodósio, o Jacarandá, vendeu até chegar na beira do Ribeirão".

A relação dos índios com os antigos moradores, como o sr. José Bastos, é diferente daquela mantida com os "novos" invasores, pois compraram os terrenos sem o consentimento dos índios e se julgam agora "proprietários". Os antigos posseiros pediam permissão ao índios para "se assentarem", reconhecendo os Apinayé como os legítimos donos e considerando-se agregados dos índios. Via de regra a relação estabelecida com estes posseiros e seus descendentes continua sendo de respeito mútuo: "meu pai, o João Bezerra, teve permissão do velho Estevo para levantar morada, eu vim para cá pixotinha, me criei aqui, dentro da terra do índio e criei meus 4 filhos, já tenho filho com 24 anos, todos criados aqui dentro, eu agradeço muito os índios, sempre foram bons. Se não fosse eles terem deixado a gente ficar aqui, para onde a gente tinha ido? Agora meu marido é vaqueiro do Nei, o Nei comprou 40 alqueires do Manú e meu marido é vaqueiro da fazenda. O Nei diz que como a demarca vai passar, ele vai tocando a fazenda. O pessoal compra sabendo que é terra de índio, depois nega. Eu não, eu sou muito reconhecida a eles" (Maria dos Anjos Bezerra de Araujo, moradora da área do Ribeirão Grande).

São os novos invasores - pequenos e médios proprietários e quase em sua totalidade residindo em Tocantinópolis - (vide relação em anexo) - que acirram o clima de tensão alegando que a criação da área Apinayé prejudica os interesses do município, considerando seus interesses particulares como interesse público. Como exemplo, no dia da minha saída da área Apinayé fui comunicada pelo chefe do posto que o Prefeito de Tocantinópolis havia solicitado, através de ofício dirigido à FUNAI, a minha presença na Prefeitura para obter informações sobre minhas atividades "no intento de acalmar expectativas que se abatem sobre nossos munícipes" (em anexo). Sentiram-se ameaçados pelo fato de ter tentado junto ao Cartório de Registro de Imóveis localizar o Registro Paroquial das Terras Indígenas e por ter percorrido, acompanhada pelos Apinayé e funcionários da FUNAI, áreas limítrofes da reserva ou áreas de antigas aldeias.

Mas o município de Tocantinópolis está sub judice, o que quer dizer que não existem títulos de propriedade definitivos. Os registros dos imóveis são registros paroquiais, em sua maior parte vagos e indefinidos quanto a área e os limites registrados. Segundo informações obtidas pelo padre Valber, de Tocantinópolis, estes registros paroquiais foram repassados para o Cartório de Registro de Imóveis. Segundo o tabelião deste cartório, eles não se encontravam ali e que provavelmente haviam sido remetidos ao IDAGO em Goiânia. Na sede do GETAT em Araguaína informaram-me que o GETAT não procedeu ainda a regulamentação dos

registros no município de Tocantinópolis e que também não haviam recebido até aquela data a solicitação, já mencionada, de levantamento fundiário da área Apinayé. Do levantamento feito junto ao GETAT, pude constatar que a área Apinayé considerada por este órgão é a área do memorial de 1978 e que não possuíam nenhum projeto de regulamentação ou de assentamento nas áreas limítrofes à descrita em 1978 - ou seja nenhum projeto fundiário dentro da área que os Apinayé pretendem incorporar àquela proposta pela FUNAI. Confinando com a área pretendida pelos Apinayé - e que neste relatório será descrita - o GETAT possui um ante-projeto para demarcação da gleba chamada "ALDEIA BONITA", no município de Nazaré, que tem como confinante no rio Gameleira o limite sul da área Apinayé e uma área já regulamentada, o loteamento "Fazenda Serra", que tem como confinante no ribeirão São Martinho o limite norte da área Apinayé.

Se o processo de ocupação do território Apinayé vem se dando desde o final do séc. XVIII e acentuando-se no início deste século, ele foi sem dúvida intensificado com a implantação dos projetos de desenvolvimento na região norte de Goiás, principalmente depois da construção da Belém-Brasília e da Transamazônica, que corta o território Apinayé. Ao longo desta última estrada existem hoje pequenos núcleos de moradores onde antes estavam situados os acampamentos dos trabalhadores da estrada, vivendo de serviços prestados aos usuários da estrada (venda de refeições).

ções, café, cachaça etc...). Estes núcleos, formados assim há apenas 5 ou 6 anos, tendem a crescer, transformando-se rapidamente em pequenos lugarejos e vilas - e tornando-se com isso em mais um entrave à demarcação do território Apinayé.

A abertura da Belém-Brasília e Transamazônica trouxe para Tocantinópolis um grande número de migrantes das regiões vizinhas tornando Tocantinópolis - que em 1970 tinha uma população essencialmente rural - o 2º município do extremo norte goiano. Segundo o censo de 1980, o município possui 30 mil habitantes na zona rural e 8 mil na sede.

2. O território tradicional :

Os Apinayé, como todos os Timbiray são grupos de caçadores e coletores que perambulavam pela região de extremo norte de Goiás. Este território tradicional ia da barra do rio Tocantins com o Araguaia e subindo o Araguaia até o Remanso dos Boatos ia em direção ao ribeirão Curicaco e passava pelo Mosquito até chegar no Tocantins novamente. Esta informação obtida junto aos Apinayé ultrapassa um pouco o limite sul da área, a região do Mosquito, que Nimuendajú descreve como território da tribo: " o pontal entre o rio Tocantins e o Baixo Araguaia , estendendo-se para o sul, mais ou menos até 6º30'. É de se supor que, temporariamente tenham ultrapassado esses limites pelo lado do noroeste."(1956;1).

A penetração desta região se deu através de 4 entradas que os

jesuitas "empreenderam Tocantins acima a fim de descerem índios para as aldeias do Pará (íd., p. 1), entre 1633 e 1658. Em 1774 um viajante na Cachoeira das Tres Barras "viu-se rodeado de grande número de índios e além dos de cerco tantos eram os que se viam pela parte de baixo na praya da esquerda que parecião regimentos formados..." (ib. 2). De certo eram, pela sua localização no Tocantins, os Côcôijôre, os Apinayé da atual aldeia da Mariazinha (hoje reduzidos a 148 pessoas).

A partir do final do sec. XVIII os contatos entre os Apinayé e civilizados se intensificam. O governo do Pará funda na boca do Araguaia o Posto Militar de São João das Duas Barras, atual São João do Araguaia. Foi o início das hostilidades e "lutas sangrentas". "Em 1816 foi fundado, no próprio território da tribo, o primeiro povoado abaixo da Cachoeira das Tres Barras...esse povoado não teve longa existência, sendo incorporado, em 1813, ao de São Pedro de Alcântara... tomando ambos o nome de Carolina."(ib.,p.4)

Logo depois da transferência do povoado das Tres Barras para Carolina, "...formou-se, pouco acima, outro que se tornou o ponto principal do intercâmbio com os Apinayé, desde aquela época até hoje: Boa Vista" (ib., p.5), a atual Tocantinópolis. No começo do século passado os Apinayé eram uma das tribos mais numerosas da região, perfazendo um total de 4.200 indivíduos (Cunha Matos, 1824). Para os habitantes de Tocantinópolis os Apinayé desta época eram tão numerosos que eram "calculados em mais ou menos 18.000 indivíduos, de todas as idades e sexos" (Correia, 1977;21).

Tocantinópolis é considerada pelos Apinayé de São José como "agregado do índio". Justificam este parecer com a seguinte narrativa: quando moravam na aldeia do Alegria, às margens do ribeirão Pira, encontraram uma estátua parcialmente enterrada na praia; primeiro pensaram em flechá-la, depois acharam parecida com o padre e foram chamá-lo. Frei Gil chegou acompanhado pelos cupê (civilizados) e pediu que eles levantassem a estátua. Mas os cupê não conseguiram levantar a estátua, eram muitos mas não conseguiram. Aí o padre pediu para o índio. Vieram 5 índios e levantaram o santo, "era maneirinho". Aí o padre bateu palmas e falou: "Alegria, alegria, o santo é de vocês, vocês é que são os donos do santo". Foi por isso que esta aldeia recebeu o nome de "Alegria". Os Apinayé levaram o santo até a casa que o padre João tinha mandado fazer para guardar o santo. Passado algum tempo, o padre João falou que ia tirar um terreno para o santo, em nome do santo. Padre João era padrinho do José Dias Mātuc, chefe da aldeia, que consentiu. Segundo seu filho, o velho Toim, o padre João tirou o terreno da "praia Grande quase emendando no Mumbuca; da cabeceira do rio Craiba abeirando a mata foi e caiu no Ribeirão zinho; foi e caiu na cabeceira do Buritirana até cair no Ribeirão Grande e desceu até onde mora o Cristino". O quanto tais limites coincide com os limites do município de Tocantinópolis não sei precisar, mas o velho Toim nos indica que é menor que a área atual do município: "o padre tirou o terreno para o santo, está certo; agora os cupê já dizem que é deles, que eles é que são os donos desse terreno e ainda estão querendo tirar mais".

Os primeiros moradores que se fixaram no local da atual Tocantinópolis chegaram em 1818. Apesar da vinda do frei Francisco, missionário francês que fundou uma missão junto aos Apinayé em 1840, estes índios só fazem referência à formação de Boa Vista a partir do frei Gil Villanova, dominicano que chegou na região no final do século XIX, quando na verdade se inicia uma ocupação mais sistemática da região.

As aldeias assinaladas no mapa são aquelas formadas nessa história mais recente, a partir do contato mais intenso com o cupé e que constituem, na situação atual, seu habitat tradicional. Este território, no início deste século, era dividido em três áreas:

1) uma que se estendia das aldeias em águas do rio Araguaia, as aldeias do Cocalinho, na barra do São Benedito com o São Martinho até o ribeirão Carreira de Pedra (afluente do Pecobo). Quem mandava nesta área era o "capitão" Nindô, o Pedro Laranja;

2) outra que estendia-se do ribeirão Carreira de Pedra até o Ribeirão Grande, o povo denominado Côcôjôre o povo da atual aldeia da Mariazinha, cujo "capitão" na época era o Pedro Corredor, o Pêmcob (que abasileirado passou a ser o nome do rio Pecobo);

3) e outra que se estendia do Ribeirão Grande até o ribeirão Curicaca, sob a chefia de Pedro Roxo, o Wô'y. Este povo era chamado de Krĩnjôbrêire (aldeia valente) e é o povo da atual aldeia do São José.

Os Côcôjõire contam que "antes havia uma só aldeia, a aldeia Bonita (nº 2), que por causa de uma briga entre dois irmãos, Intopó e Intocãre, se cindiu. Um deles saiu e foi para a beira do ribeirão Pecobo, a aldeia Wrymareidi (nº 3). Mesmos separados continuaram brigando até que Intopo matou Intocãre, mas as aldeias continuaram separadas". Observando o mapa, podemos ver no território dos Côcôjõire dois grupos de aldeias, as localizadas ao longo do Pecobo e as localizadas no ribeirão Botica e pequenos afluentes do Tocantins.

"Quando o povo abandonou o Pecobo vieram para a barra do ribeirão Grande, na aldeia cujo chefe era o Mané Savito (nº 4); depois foram para o Botica, para a aldeia do Gato Preto, à beira do ribeirão do mesmo nome (Pãnkure, nº 5)". Os dados que disponho me informam que nessa aldeia estavam também os da aldeia Bonita; provavelmente foi aí que se juntaram novamente os Côcôjõire. Das aldeias do Gato Preto tornaram a voltar, na década de 50, para o local da atual Mariazinha, onde mesmo quando moravam na Botica gostavam de pescar quando chegava o verão. Neste local haviam permanecido duas famílias que desde 1928, quando provavelmente se transferiram para a aldeia da Botica, ficaram "guardando" o lugar.

Na região chamada pelos índios de "Cocalinho", existia, no começo deste século, uma aldeia na barra do São Martinho (nº 7) e a aldeia de São Paulo, no Araguaia (nº 8). A aldeia de São Vicente, que deu origem a atual Araguaetins, parece que não mais existia. O velho Chiquinho conta que, quando menino, metade do povo saiu da aldeia do

São Martinho e foi para a aldeia de São Paulo. Era uma aldeia grande, "mas ninguém dormia sossegado com medo de levar borduna de Kayapó". Mas era uma região "pouco sedia, na beira do Araguaia tinha muita febre" e depois de uns 6 anos todos voltaram para a região do Cocal, desaparecendo então esta aldeia do Araguaia. Devemos estar por volta do final da década de 20 e começo da de 30. Quando voltaram a aldeia já estava em outro local, mas acima do ribeirão São Benedito (nº10). A aldeia permaneceu na região até por volta de 1943, quando a febre praticamente dizimou totalmente a população. O chefe da aldeia de São José, o José Dias Mátuc, foi quem foi buscar e ajudar a transportar os que ainda estavam vivos. Parece que muitos habitantes do Cocalinho, quando voltaram da aldeia de São Paulo, começaram a ir para o Botica, não para as aldeias dos Côcôjõire, mas uma aldeia do Formosa (nº11), onde estavam alguns Apinayé que tinham saído das aldeias do São José. De qualquer modo, o povo da região do Cocalinho se incorporou aos Krĩnjôbrêire, e a atual aldeia de São José é a soma destes dois grupos.

Quanto aos Krĩnjôbrêire, das aldeias localizadas no mapa, a mais antiga é a aldeia Bonita (nº12), que deu o nome à gleba "Fazenda Aldeia Bonita" no município de Nazaré, quase na cabeceira do rio Gameleira. Atualmente no lugar tem uma vila de nome "Natalco" onde bem no centro existe ainda o "limpo" do pátio. Depois desta aldeia foram para a aldeia do "Alegria" (nº 1), de onde sua história passa

a se entrelaçar com a história de Tocantinópolis. Depois foram para as aldeias do ribeirão Bacaba e daí para o São José, onde se encontram até hoje e a parte oeste de seu território, a região do atual município de Nazaré, foi rapidamente ocupada. Na final da década de 20, pressionados pelo aumento das invasões e devido a ausência de seu chefe, o José Dias Mátuc, que havia empreendido uma longa viagem até o Rio de Janeiro para apresentar suas queixas ao Presidente pela invasão de seu território, a aldeia se dispersou. Uns se mudaram para a Botica, a aldeia Formosa, e outros já estavam a caminho dos Krahô quando Mátuc voltou e conseguiu reunir os Krĩnjôbrêire novamente na beira do ribeirão São José.

Pensando a história recente dos Apinayé como a movimentação das suas aldeias em 3 espaços politicamente definidos(a área sob a chefia do Pedro Laranja; a área sob a chefia do Pedro Corredor e a área do Pedro Roxo) podemos entender o porque do povo da aldeia da Mariazinha não estar "brigando" pelo aumento da área, somente os de São José e porque a região do Cocalinho, onde existem dados recentes sobre as aldeias que lá existiram até o início da década de 50, não estava incorporada em nenhuma das propostas de demarcação do território.

O povo da Mariazinha não está muito descontente com a proposta de demarcação estabelecida no memorial descritivo de

1978. Com exceção de 2 pontos, sua área de ocupação tradicional permaneceu dentro da área a ser demarcada. Levantaram seu descontentamento: 1) em relação aos limites com o Ribeirão Grande; gostariam de que a aldeia de Mané Savito (nº 4) ficasse dentro, ou pelo menos que a divisa da área chegasse até a confluência do Ribeirão Grande com a estrada estadual que liga Tocantinópolis à Itaguatins.

2) que o rio Pecobo não fosse o limite norte, mas que ficasse todo dentro da área, e sugeriram que saísse uma linha seca acima da barra com o Tocantins e fosse em direção à cabeceira do rio São Martinho.

Enquanto o descontentamento dos Apinayé de São José em relação a demarcação é grande e plenamente justificada: de seu território tradicional não restou quase nada. Os Krijôbrêire perderam: 1) toda a região da zona urbana de Tocantinópolis e arredores, perdendo toda a margem do Tocantins, da barra do Ribeirão Grande até o mínimo que era a barra com o ribeirão Mumbuca.

2) toda a região onde situa-se hoje a sede e arredores circunvizinhos do município de Nazaré, para não falar de toda a região do ribeirão Curicaca.

Por outro lado, os "proprietários" da região do Cocalinho, os que sobreviveram e seus descendentes, não tiveram a força política necessária para mobilizar os Krijôbrêire na defesa de suas terras, já envolvidos na defesa de seu próprio território que estava sendo completamente espoliado. Acreditaram

também na argumentação da FUNAI, quando há tempos foram diretamente perguntar sobre a situação destas terras do Cocalinho, "de que eles não moravam mais lá, por isso tinham perdido o direito sobre elas". Não vejo razão para que não reclamem um território que é seu, de ocupação recente e comprovada pelos próprios regionais e da qual, na verdade, não deixaram de percorrer e fazer incursões. É uma região de cerrado, não muito fértil - em relação a região do Mumbuca e Gameleira por exemplo- e de baixa densidade. Segundo o depoimento de um regional, o sr. João Cunha, morador da beira do S.Benedito e considerado pelos índios como seu agragado, quando ele chegou nesta região, em 1917, tinha uma aldeia no S.Benedito e outra no local onde é hoje a Fazenda Nazaré. Nesse tempo, o capitão ainda era o Pedro Laranja. Quando se casou em 1939, teve o consentimento do então capitão Pedro Veado para que ficasse na área como agragado do índio. Depois que a aldeia acabou, "morreu muito índio", foi que um sr.Lindolfo, já na era de 50, se situou na área no lugar da tapera da aldeia do Cocalinho (nº 10). Quando morreu, seu filho Petronílio Major, vendeu parte da terra e atravessou o ribeirão do Cocalinho, onde ele João Cunha estava como agragado. Mas ele nada pode fazer, e a viúva de Lindolfo, uma senhora de nome Lissa(?) vendeu o resto que tinha junto com o enteado. Atualmente a fazenda São Benedito, onde se localizava a aldeia do mesmo nome, pertence a um senhor José Dorado, que reside em Tocantinópolis, e que a comprou a cerca de 10 anos atrás. Assim que ficaram sabendo, os índios foram até o local e avisaram que era terra

de índio, e que se ele quizesse comprar que era para comprar da mão deles que eram os donos.

Portanto o território que a atual "composição" da aldeia de S. José reivindicam é 1) a barra do ribeirão Pira com o Mumbuca, lugar de pescaria, e que o lugar da antiga aldeia do Alegria, na beira do ribeirão Alegria, afluente do Pira, fique dentro. Esta aldeia é importante na referência com os brancos, pois a formação de Tocantinópolis se inicia quando estavam morando ali.

2) que o limite oeste de seu território seja, não o ribeirão Raiz, mas o ribeirão Cruz, que passa a uns 2km da sede do município de Nazaré, até sua cabeceira. Os Apinayé nos contam que até uns 20 anos atrás a sede do município não existia, "não tinham ninguém, tinha só um morador de nome Rufino" e que há uns 30 anos ainda caçavam emas em um campo perto da aldeia Bonita, nesse local já existia um morador, de nome Cândido, "ele não gostava quando os índios apareciam, mas a gente sempre ia caçar lá." Foram categóricos quanto a esse limite, já abriram mão de uma imensa parte do território que ocupavam nesta região (vide mapa) e não veem porque devam ceder ainda mais. No que têm a mais completa razão.

3) e a barra do S. Benedito com o São Martinho até a cabeceira deste, de modo que as aldeias do Cocalinho fiquem dentro.